

**Aumentar a produção de alimentos é diminuir a dependência externa e aumentar o emprego!**

Portugal vive hoje uma situação de crise económica e social por efeito das políticas implementadas pelos sucessivos governos de há 36 anos para cá. Essas políticas têm tido como matriz principal a destruição do aparelho produtivo, da agricultura e das pescas; o enfraquecimento do papel do Estado da economia e a submissão ao capital estrangeiro e às suas prioridades. Este quadro foi substancialmente agravado com o Memorando da Troica que o actual governo usa como álibi para as suas políticas de ataque aos trabalhadores e ao povo.

Neste quadro de dificuldades crescentes da economia nacional, de dependência e endividamento externo, ganha ainda mais força a necessidade de revitalizar a produção nacional para substituir importações e fazer face às necessidades do país. Esta questão coloca-se no caso dos bens alimentares, nomeadamente na agricultura.

O país não é auto-suficiente em quase nenhum produto agrícola, tendo a situação piorado pelo menos desde os anos 90. A nossa dependência alimentar é mais elevada relativamente às leguminosas secas<sup>1</sup> (em que a produção só chega para satisfazer 8,5% das necessidades do país e onde a queda foi vertiginosa face a 1990), mas também muito significativa nos cereais e arroz (produzimos para 27,8% das necessidades), raízes e tubérculos (56,7%), sendo mais reduzida nas carnes e miudezas (71,8%) e nos frutos (76,3%), mas ainda assim assinalável. No azeite, apesar da melhoria entre 2008 e 2010 (de 62% para 77%), também somos deficitários.

Portugal é apenas auto-suficiente nos produtos hortícolas (170%), no vinho (140%), nos ovos (99,9%), e no leite e derivados (92,8%, mas em diminuição desde 2000).

Alguns destes produtos são também usados na alimentação de animais, pelo que a sua insuficiente quantidade tem repercussões na produção de carnes. Portugal é deficitário em todos os tipos de carne. Por exemplo, quase metade do consumo de carne de bovino está dependente do exterior, sendo a carne de frango a que mais se aproxima da auto-suficiência (92% no período 2008-2011).

**Auto-suficiência (grau de auto-aprovisionamento<sup>2</sup> de produtos agrícolas, %)**

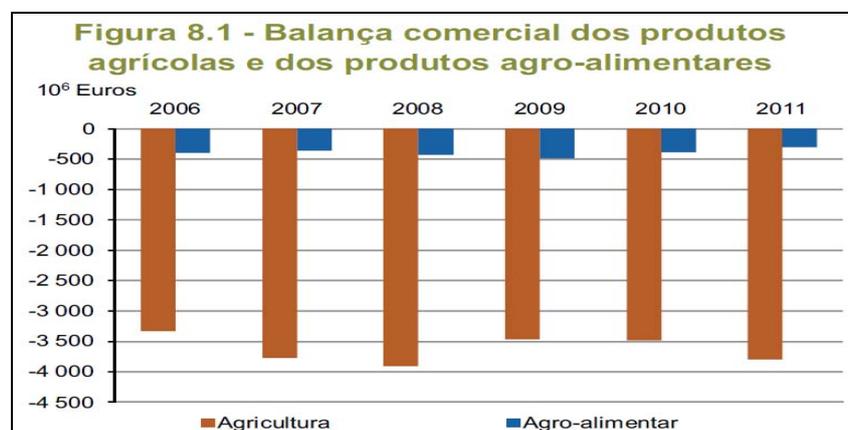
Anos	Cereais e arroz	Raízes e tubérculos	Leguminosas secas	Frutos, incluindo azeitona	Carne e miudezas comestíveis
1990	44,2	61,7	60,3	89,5	87,7
1995	37,2	76,1	31,3	76,7	78,9
2000	37,1	56,1	15,9	71,7	70,7
2005	18,4	55,1	8,1	67,2	72,1
2008	27,8	56,7	8,5	76,3	71,8

Fonte: Estatísticas Agrícolas 2011, INE

<sup>1</sup> Inclui feijão e grão.

<sup>2</sup> Percentagem da produção interna utilizável face à utilização interna (inclui o consumo humano e, consoante os produtos, a alimentação animal, a utilização ou transformação industrial e as sementeiras).

Para fazer face às necessidades de consumo alimentar, o país importa todos os anos milhões de toneladas de produtos e gasta milhares de euros. “Em 2011, a balança comercial dos produtos agrícolas foi deficitária em 3 794 milhões de euros, com um agravamento de 9%, face a 2010. Relativamente aos produtos agro-alimentares, o défice da balança comercial foi de 308 milhões de euros”<sup>3</sup>.



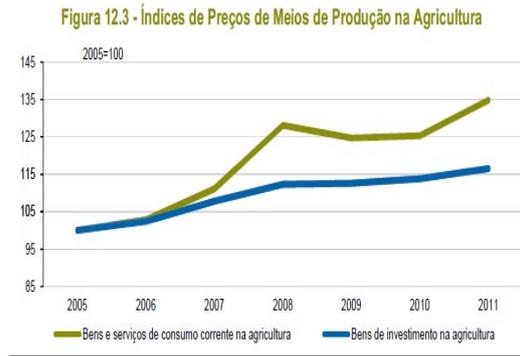
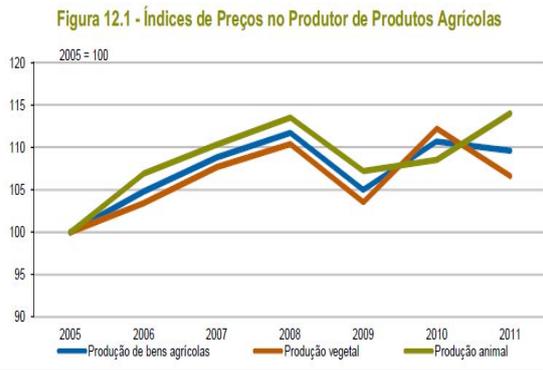
Fonte: Estatísticas Agrícolas 2011, INE

Se a produção agrícola interna desse resposta às necessidades de consumo, reduzir-se-ia a factura alimentar externa, aumentar-se-ia o emprego e desenvolver-se-iam as regiões. E é pertinente referir que nalguns produtos relativamente aos quais somos deficitários, como é o caso do azeite, se exporta ao mesmo tempo que se importa por não haver uma política integrada, virada em primeiro lugar para as necessidades do país.

No entanto, em 2011 sucedeu o inverso: registou-se uma variação negativa do valor da produção do ramo agrícola em menos 0,6%; o Valor Acrescentado Bruto a preços correntes na agricultura decresceu 10,8% e o Rendimento de Factores, real, por unidade de trabalho/ano diminuiu 10,3%.

Os agricultores confrontam-se cada vez mais com o esmagamento dos preços da produção - devido ao poder económico da grande distribuição da qual cada vez mais dependem - , e com o aumento dos factores de produção, incluindo a energia. O índice de preços da produção de bens agrícolas desceu 1% em 2011, mas ao mesmo tempo o índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura cresceu 7,6%. Já o índice de preços dos bens de investimento na agricultura aumentou 2,4%.

<sup>3</sup> Estatísticas Agrícolas 2011, INE. Pág. 83.

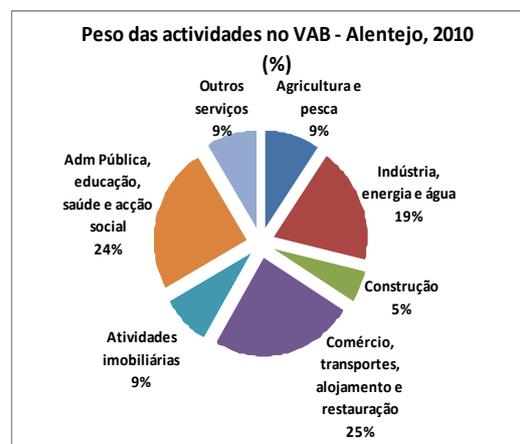
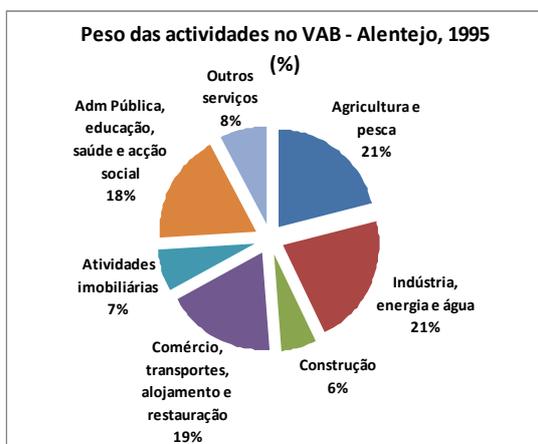


Fonte: Estatísticas Agrícolas 2011, INE

As políticas seguidas relativamente à agricultura, nomeadamente resultantes de várias alterações da PAC (que os sucessivos governos do nosso país não têm lutado para alterar), bem como o uso da agricultura como “moeda de troca” nas negociações da OMC, e ainda a falta de uma estratégia de desenvolvimento para o sector conduziram a agricultura a esta situação. Ao longo dos anos desapareceram centenas de milhares de explorações agrícolas, aumentou a concentração da terra e a área média das explorações, diminuiu a superfície irrigável e cultivada, aumentou o número de pastagens, a população activa agrícola diminuiu e envelheceu, sendo que a esmagadora maioria não se dedica em exclusivo à agricultura.

O Alentejo sofreu especialmente com este processo. Depois das campanhas do trigo do tempo do Fascismo, que contribuíram para a secagem dos solos, e do adiamento da construção da Barragem do Alqueva, não foram tomadas medidas suficientes para aproveitar os recursos agrícolas da região. Alqueva tem um papel fundamental no desenvolvimento do regadio e da região e a conclusão dos investimentos naquela área é necessária para aumentar a produção agrícola. O Alentejo está cada vez mais desertificado em termos humanos, embora tenha enormes potencialidades produtivas, e voltam a surgir os campos incultos.

O peso da agricultura (e pescas) no VAB do país e do Alentejo tem vindo a diminuir ao longo do tempo. Em Portugal passou de 5,5% em 1995 para 2,2% em 2010. No Alentejo a quebra foi mais profunda, passando de 21% em 1995 para 9% em 2010.



Fonte: Contas Regionais, INE

O decréscimo do peso do VAB deve-se ao próprio desenvolvimento económico, com o crescimento da industrialização e, mais recentemente, com a terciarização, mas também é fruto de políticas concretas e deliberadas de ataque à agricultura (não controlada pelos grandes proprietários) e de omissões. O fim do projecto da Reforma Agrária enquadra-se no primeiro caso. O favorecimento de outros sectores e o abandono da agricultura à sua sorte tem a ver com o segundo. Só isso pode explicar uma quebra absoluta do valor do VAB agrícola e das pescas<sup>4</sup> em Portugal e no Alentejo em mais de 20% entre 1995 e 2010.

## Propostas

- Plano de desenvolvimento do sector agrícola, articulado com as necessidades de consumo do país e com a redução da factura alimentar externa, aumentando a produção para substituir importações
- Alteração do sistema de ajudas à agricultura, voltando a ligá-las à produção, com o objectivo de só apoiar quem de facto produz
- Desenvolvimento de acções tendentes à diminuição dos custos dos factores de produção
- Combate ao desequilíbrio de poder entre os grandes grupos económicos e os pequenos produtores, nomeadamente o das cadeias de distribuição que impõem os preços à produção, afectando profundamente a agricultura e conduzindo ao aumento de importações
- Criação de redes de escoamento da produção em articulação com os mercados e comércio local
- Reconversão das culturas de sequeiro em regadio
- Conclusão do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
- Incentivos à fixação de jovens na agricultura
- Acções de formação dos agricultores e trabalhadores rurais

7 de Outubro de 2012

CGTP-IN

---

<sup>4</sup> A preços correntes. As pescas representavam 10% deste agregado.